

# Um metabolismo eficiente

**Ruben Brigolas**

Advogado de PLMJ Angola Desk, parceiro do GLA

**A** crise que fustiga o sector petrolífero internacional levou a uma revolução do paradigma operacional na indústria, e apenas os mais proféticos analistas defendem que o preço do barril voltará a chegar perto dos 100 USD nos próximos anos. Perante um cenário dantesco onde o preço do barril chegou a estar nos 30 USD, a vasta maioria dos *players* internacionais foi confrontada com uma



**A Agência será responsável, entre outras tarefas, pela atribuição dos blocos petrolíferos e pela resolução administrativa dos diferendos na indústria**

necessidade urgente e uma palavra de ordem: EFICIÊNCIA. A verdade é que a indústria foi obrigada a reinventar-se e eliminar as “gorduras” que foram crescendo ao longo de épocas de abundância, procurando, agora, a implementação de modelos com custos mais reduzidos e a suspensão de investimentos mais arriscados. Por outras palavras: gestão mais eficiente. Esta crise, pela sua transversalidade, afecta públicos e privados de forma igual. O caso da reestruturação actual do sector petrolífero angolano é o que se analisa de seguida.

A premissa de “eficiência” está na génese do Decreto Presidencial n.º 109/16, de 26 de Maio, que aprovou o Modelo de Reajustamento da Organização do Sector dos Petróleos (o “Modelo”). O Modelo visa, em particular, a segregação, inexistente até à data, das funções de Concessionária Nacional e operadora nacional. O diploma refere ainda que a concentração de competências na Sonangol E.P. é susceptível de originar ineficiências. Assim, a Sonangol E.P., actualmente em processo de reorganização, é mantida como Concessionária Nacional, enquanto são criados dois entes jurídicos distintos: a Agência para o Sector Petrolífero (a “Agência”) e o Conselho Superior de Acompanhamento do Sector Petrolífero (o “Conselho”). A Agência será responsável, entre outras tarefas, pela atribuição dos blocos petrolíferos e a resolução administrativa dos diferendos na indústria. O Conselho, por seu lado, dedicar-se-á, *grosso modo*, à gestão da presença accionista do Estado em todos os ramos do sector petrolífero, incluindo *upstream*, *midstream* e *downstream*. É uma estrutura que até poderá ser paradoxal pelo aumento inicial de custos e criação de mais entidades públicas, mas o objectivo é claro – a optimização operacional e de receita/lucros. Utilizando uma metáfora nutricional, há duas

grandes maneiras de perder peso: (i) criar um défice calórico imediato ou (ii) através da aceleração do metabolismo. Parece-nos que o Executivo angolano diagnosticou bem o problema, decidindo-se pela segunda opção, que se traduz no reforço da máquina estatal. O objectivo: alcançar a tão famigerada eficiência. A ideia é sólida e acompanha o processo darwinista que tem vindo a moldar a indústria do petróleo e gás a nível mundial.

Deixou-se cair o dogma de uma Sonangol E.P. todo-poderosa que, em virtude dessa concentração de competências, era susceptível de criar situações de estrangulamento da indústria. Contudo, a Concessionária Nacional não sairá de cena e continuará a assumir um papel pivô no sector petrolífero. Será um figurino novo que, com introdução de novas peças no xadrez petrolífero angolano, passa a contar com quatro grandes entidades: a Sonangol E.P., a Agência, o Conselho e o próprio MinPet.

No curto prazo, a grande tarefa do Executivo será garantir que todas as entidades se articulam de forma rápida, transparente e, claro está, eficiente, por forma a acelerar a curva de aprendizagem desta transição. O desiderato será o de obter uma eficiência verdadeiramente transversal, seja na obtenção de receita e aplicação de resultados, seja na relação com os privados, ou mesmo na relação com outras entidades públicas, particularmente com o Banco Nacional de Angola.

Considerando o peso que o sector petrolífero ainda mantém na economia angolana, é fundamental que a banca, os reguladores e as empresas do sector petrolífero (incluindo prestadores) tenham canais específicos e privilegiados para ultrapassar os maiores obstáculos conhecidos no sector, desde atrasos nas aprovações de contratos até às dificuldades relacionadas com os pagamentos ao exterior. ■